

VIOLÊNCIA DIGITAL CONTRA JORNALISTAS: o caso das eleições presidenciais de 2018¹ ***DIGITAL VIOLENCE AGAINST JOURNALISTS: the case of the 2018 presidential elections***

Daniela Osvald Ramos²

Elizabeth Saad³

Resumo: *Este artigo apresenta e analisa o cenário brasileiro de violência digital contra jornalistas durante o período das eleições de 2018 e seu desenvolvimento posterior, com base em uma visão de perspectiva múltipla tanto para a abordagem teórica quanto para o método de pesquisa adotado. A abordagem teórica combina referências da ontologia do jornalismo e sua prática contemporânea em ambientes digitais, bem como utiliza conceitos da sociologia da violência contemporânea para uma abordagem sobre a violência a partir do sujeito. Propomos também uma coleta de dados de plataformas sociais de análise de sentimento no período focalizado bem como a coleta de dados sobre os três jornalistas entrevistados. Concluímos que a violência digital contra jornalistas ameaça o futuro da profissão e, entre outras causas, decorre do processo de desumanização a partir do uso de robôs na manipulação do algoritmo nas plataformas de mídia digital.*

Palavras-Chave: *Violência digital. Jornalistas. Eleições presidenciais.*

Abstract: *This article presents and analyzes the brazilian scenario of digital violence against journalists during the 2018 election period and its subsequent development, based on a multiple perspective view for both the theoretical approach and the research method adopted. The theoretical approach combines references from the ontology of journalism and its contemporary practice in digital environments, as well as using concepts from the sociology of violence to initiate an approach to violence from the subject. We also propose a collection of data from social sentiment analysis platforms in the focused period as well as the collection of data about the three journalists interviewed. We conclude that digital violence against journalists threatens the future of the profession and, among other causes, arises from the process of dehumanization from the use of robots in manipulating the algorithm on digital media platforms.*

Keywords: *Digital violence. Journalists. Presidential elections.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

² Professora do curso de Educomunicação e do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa COM+ e do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). E-mail: dosvald@gmail.com.

³ Professora Titular Sênior do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Líder do grupo de pesquisa COM+ - Comunicação Digital, Mídia e Jornalismo. E-mail: bethsaad@usp.br.

1. Introdução e problematização

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 podem ser consideradas um marco importante relacionado às plataformas de mídia social como fortes gatilhos de um complexo cenário social envolvendo opinião pública, mídia e política. O período pré, pós e as próprias eleições trouxeram à tona como as relações e sentimentos existentes entre os múltiplos atores e agentes sociais haviam escalado uma tensão de maneira silenciosa, mas ao mesmo tempo feroz. As plataformas sociais, especialmente Facebook, Twitter e o YouTube, tornaram-se canais de disseminação ampliados de uma arena polarizada até os dias atuais. Neste artigo, não abordaremos especificamente as plataformas de uso privado, como o Whats App, apesar desta ser citada em entrevistas. As ações comunicativas desenvolvidas nessas plataformas podem ser consideradas formadoras de identidade coletiva, expressando posições políticas em disputa. Neste contexto, a mídia jornalística profissional, em seu papel de apoio à opinião pública, tornou-se alvo sensível neste contexto.

Segundo PARISIER (2011), as plataformas sociais tendem a reforçar a relação da homofilia, criando condições sociotécnicas para a formação de *clusters* ideológicos em que as pessoas compartilham o mesmo ponto de vista, aprimorado por bolhas algorítmicas que favorecem as "câmaras de eco", nas quais os usuários têm pouco (ou nenhum contato) com outras visões ideológicas diferentes das suas ou quaisquer outras fontes alternativas de informação. O cenário brasileiro não é um caso isolado, devido a todos os eventos anteriores nas duas primeiras décadas do século XXI, como a eleição de Trump, Brexit e movimentos sociais como Primavera Árabe, Indignados, Occupy, todos eles já objetos de estudos acadêmicos.

Nosso foco nas eleições presidenciais brasileiras em 2018 e seu vínculo com ameaças digitais a jornalistas e à mídia como um todo podem ser analisados como parte desses acontecimentos globais e, especialmente, aos usos e participação do brasileiro nas plataformas sociais. Ao mesmo tempo, as arenas políticas e sociais brasileiras no período eleitoral refletiam o clima de polarização em evolução desde o final do governo do presidente Lula em 2012. Desde então passamos pelo impeachment da presidente Dilma, uma investigação da promotoria federal sobre corrupção e uma transição complexa com o vice-presidente; logo após, uma disputa presidencial ainda mais complicada, na qual os partidos e grupos sociais conservadores e de extrema-direita usaram estratégias planejadas para as plataformas sociais digitais em detrimento da valorização da televisão, mídia que até então era quase decisiva em disputas eleitorais no país.

Para se ter uma ideia do poder e do controle concentrados nos ambientes das plataformas sociais digitais, a pesquisa TIC 2018 sobre famílias e indivíduos conectados à web, lançada no final de agosto de 2019 (disponível em www.cetic.br/tics/domains) indica que 70% da população brasileira (127 milhões) tem acesso à internet e 98% desses acessos são feitos por meio de dispositivos móveis. Além disso, esse conjunto de usuários, uma vez com um dispositivo móvel, está cada vez mais usando plataformas sociais para realizar inúmeras transações, se informar e se relacionar.

Abordamos resumidamente neste artigo os processos de comunicação no ambiente digital que são (inter)mediados por diferentes processos algorítmicos (definidos e controlados pelos proprietários de plataformas) que promovem a proximidade entre os públicos de interesse e, conseqüentemente, impactam a formação da opinião pública. Tais processos se ajustam aos conceitos de modulação algorítmica (SOUSA et al., 2018). A pesquisa ComScore de 2019 reforça o peso das plataformas sociais sobre a opinião pública. As cem principais propriedades de audiência da ComScore na internet brasileira apontam para o seguinte ranking: 1º Google Sites (busca, YouTube, Notícias, e-mail, etc.), 2º Sites do Facebook, 3º Sites da Globo Enterprises (o maior sistema multimídia brasileiro), indicando o grande público concentração nas plataformas sociais Google e Facebook.

Todas essas problematizações acabaram tendo conseqüências nas atividades profissionais dos jornalistas além do já previsto e difícil para a prática na América Latina como um todo.⁴ Diferentes tipos de violência e agressões foram relatados pelo Relatório da FENAJ sobre Violência Brasileira contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa (2019): em 2018 foram relatados 135 casos afetando 227 jornalistas, um aumento de 36,36% em comparação a 2017. Trabalhadores da televisão e mídia impressa estão entre maioria dos casos: 77 jornalistas de TV e 21 profissionais de jornais. Foram identificados, também, 21 jornalistas que trabalham em mídia digital (portais, blogs e iniciativas independentes).

Assim, definimos como objetivo neste artigo apresentar e analisar, de forma exploratória, o cenário brasileiro de violência contra jornalistas nas plataformas de mídia social, em especial o Twitter, durante o período das eleições de 2018 e suas conseqüências até os dias atuais, visando respostas parciais às seguintes perguntas de pesquisa:

⁴ Busquet (2008) aborda, a partir do contexto colombiano de violência sistemática contra jornalistas, a configuração deste fenômeno e sua importância na defesa da liberdade de expressão.

- 1) Qual o peso de algoritmos e robôs como mediadores da opinião pública durante o período das eleições de 2018?
- 2) Que tipo de violência contra jornalistas foi relatada nas plataformas sociais durante o período em questão?
- 3) Que tipo de violência contra jornalistas e jornalismo se expressa através de hashtags e sua correlação (ou não) com o sentimento geral sobre o governo?
- 4) O que podemos aprender com jornalistas que sofreram violência digital?

Baseamos nossa pesquisa em uma abordagem multimetodológica e sua estrutura epistêmica propõe visões que combinam estudos da Internet, conceitos de ciência da informação e dados, sociologia da violência, depoimentos de jornalistas e estudos de transformação digital do jornalismo. As seguintes premissas foram consideradas: 1) o período das eleições de 2018 estabeleceu o padrão para polarização e expressões de ódio contra jornalistas e meios de comunicação até os dias atuais; 2) A maioria dos casos de violência tem seus vetores de disseminação em cidadãos comuns, com uma opção ideológica radical de simpatizantes tanto da direita quanto da esquerda, o que Wiewieroka chama de “a barbárie dos homens comuns” (2009, p. 116), entre outras possibilidades de entender a violência a partir do indivíduo, uma questão até então não abordada pela sociologia clássica da violência; 3) e, finalmente, a violência digital inclui necessariamente a mediação por algoritmos, enquanto a dinâmica da mediação por algoritmo é a própria dinâmica da circulação de conteúdo no ambiente digital.

2. Abordagem teórica

Fazer jornalismo e ser jornalista no ambiente das plataformas digitais tornou-se uma tarefa complexa de equilíbrio de várias forças: os princípios basilares jornalísticos para preservar a verdade e moldar a opinião pública; o entendimento e o relacionamento com o público experiente e opinativo digital; a lógica e as possibilidades das plataformas sociais baseadas na modulação algorítmica; formatos narrativos contextualizados e estendidos que lidam com dados e IA; e o contexto social em uma mudança contínua que promove diferentes climas emocionais como polarização, discurso de ódio e desinformação.

Segundo BURGESS & HURCOMBE (2019: 360),

(...) digital journalism is now of interest to a range of social science, humanities and even science and technology disciplines – from political communication through to sociology and digital

media and communication; extending to new transdisciplinary formations around data science and machine learning.

Pensar no jornalismo nos dias atuais é pensar sob uma visão sociológica e em novos formatos de “notícias sociais”. É também ter jornalistas não apenas com esta visão ampliada, mas também com habilidades para lidar com o público, robôs de algoritmos e, eventualmente, violência digital de vários tipos. Ao mesmo tempo, os autores apresentam uma espécie de paradoxo - fazer jornalismo digital dentro de muitas estruturas de negócios de mídia que ainda estão ancoradas em um processo industrial de produção de notícias:

[...] in practice, it is evident that the concept of journalism and the figure of the journalist (as opposed to writer, blogger, contributor, or poster) remain deeply entangled with the industrial structures and routines of news and media organizations – whether large or small; long-established or just starting up; and whether commercial, public-service oriented, or community-driven – even when these structures and routines are undergoing digital transformation. BURGESS & HURCOMBE (2019: 361)

Os autores reforçam que todas essas transformações e paradoxos dão aos jornalistas o papel adicional de atores sociais, onde suas habilidades para lidar com mudanças tecnológicas e acessibilidade às plataformas são amplificadas para, por exemplo, ter competências para interrogar as práticas da plataforma e entrar em seus mecanismos em larga escala, como análises de *tweets* e *big data*, vários tipos de auditorias algorítmicas e, cada vez mais, o desenvolvimento de técnicas computacionais forenses necessárias para identificar e combater a desinformação, desde o rastreamento da disseminação deliberada de rumores até a descoberta e engenharia reversa de vídeos *deep fakes*.

Assim, jornalistas como atores sociais (e analistas) estão em um ambiente vulnerável, onde ataques pessoais, expressões de violência e assédio podem se tornar reais e tangíveis, não apenas no ciberespaço, mas também na vida real. Segundo Blotta (2016: 10), que fez uma extensa análise sobre reportagens internacionais e brasileiras sobre violência contra jornalistas, argumenta que a complexificação do fenômeno da violência contra jornalistas reflete uma esfera pública tomada pela invasão de discursos políticos econômicos sobre discursos sociais e morais. Nas suas palavras:

O diagnóstico brasileiro feito aqui demonstra que, embora a maioria dos comunicadores do país sofra a violência das pressões políticas cotidianas e do mercado, para alguns jornalistas e outros comunicadores independentes, especialmente em cidades pequenas e longe dos centros econômicos, essas violências são uma espécie de “matar ou ser morto”, simbólica ou fisicamente. A violência de agentes policiais e políticos que atuam em um estado autoritário aumenta os de uma sociedade brutalizada. Nesse contexto, não apenas jornalistas independentes, mas também profissionais de veículos de grande porte tornam-se alvos de grupos que os vêem como a personificação de interesses opostos aos seus. (BLOTTA, 2016: 10-11)

Para entender o fenômeno da violência contra jornalistas e sua a liberdade de expressão, precisamos considerar ainda as seguintes perspectivas: uma relacionada aos direitos e liberdade das comunicações e a outra como um sujeito, ser humano do mundo contemporâneo. Blotta (2016), ainda, entende a violência contra jornalistas como uma tripla violação: aos direitos individuais e à liberdade da prática profissional dos jornalistas; aos direitos de visibilidade de fatos e eventos relatados; e aos direitos do público / audiência a serem informados. Se não forem detectados adequadamente, esses tipos de violência podem produzir invisibilidades que ficam à serviço de reduzir a consciência social e as políticas sociais sobre elas. Por outro lado, a compreensão da violência a partir do sujeito é definida por Wieviorka (2006; 2009) em uma abordagem sociológica contemporânea, na qual “sujeito” é entendido como a capacidade de cada ser humano de se construir, de fazer suas experiências e escolhas. Wieviorka estabeleceu uma conexão entre cinco tipos de indivíduos, subjetividades e violências, os quais podemos correlacionar com os diferentes casos de violência contra jornalistas. Desta forma, o **sujeito flutuante** usa a violência por ser incapaz de se tornar um ator. Um jovem proveniente de um subúrbio, por exemplo, põe fogo em carros porque não consegue expressar suas demandas, incapaz de expressar seu desejo de construir sua existência. O **hiper-sujeito** é o único que compensa a perda de sentido (caso exista) por excesso de abundância expressa violentamente; o excesso dá a ele um novo senso, ideológico, mítico ou religioso, por exemplo. O **não-sujeito** é o indivíduo que age violentamente sem comprometer sua subjetividade, satisfeito em obedecer como nos famosos experimentos de Stanley Milgram; ou, ainda, como na tese de Arendt sobre a banalidade do mal sobre Eichmann (2016). O **anti-sujeito** é a faceta do sujeito que não reconhece o direito do outro de ser sujeito, negando a humanidade de seu próximo. O **sujeito sobrevivente**, finalmente, recorre à violência por se sentir ameaçado e até temer por sua existência, e passa a agir de maneira violenta para garantir sua sobrevivência. (WIEVIORKA, 2006: online).

Considerando a tipificação de Wieviorka, a qual retomamos nas conclusões finais, é possível entender as diferentes expressões de violência contra jornalistas em plataformas sociais, independentemente de ser produzida totalmente pelo humano ou pelo humano e a máquina, em primeiro lugar, pela categoria do **hiper-sujeito**, que exemplifica um comportamento de hipercomunicação violento, por vezes relacionado a objetivos ideológicos e religiosos. O cenário da hipercomunicação é, por sua vez, extensamente abordado nos recentes livros de Han (2017a, 2017b, 2017c). É importante reforçar que, hipoteticamente,

esses tipos de violência a partir do sujeito podem ser perpetrados em uma plataforma digital, modulada por algoritmos com base nas regras e intenções comerciais da mesma, a qual controla seus recursos exclusivos para serem visíveis, conversáveis e expostos aos usuários. Por outro lado, se considerarmos que a maior parte do público brasileiro da Internet está concentrado em plataformas sociais, a visibilidade dos jornalistas nessa arena é um ponto de preocupação de segurança: Twitter e Facebook, por exemplo, tornaram-se ferramentas importantes para pesquisa e entrevista de fontes, para promover debates e diálogos, para conexões e mineração de histórias e, no caso de profissionais independentes, também para divulgação de sua marca pessoal e procura por empregos. Esse mesmo ambiente favorece a prática de um tipo híbrido de produção de notícias devido à dinâmica da ecologia da mídia digital, “where journalism is developed within a dense actor-networks or assemblages in which numerous actors affect each other and the ontological focus is on connections between different actor, fields and phenomena” (Chadwick, 2013: 63; Witschge et al., 2019, apud Burgress & Hurcombe (2019). Autores como Burgress & Hurcombe (2019), Couldry & Mills (2019) enfatizam que fazer jornalismo nessa ecologia em plataforma não é apenas uma questão de exposição, mas principalmente uma questão de segurança. Uma espécie de “clima panóptico” é estabelecido na ecologia da mídia contemporânea, onde qualquer participante - máquinas, software e governos, pode assumir papéis de vigilante, agressor, promotor de conteúdo, monitor ou uma mera audiência que precisa ser informada. De acordo com Mills (2019: 27):

Together these dynamics are resulting in an intensified chilling effect for the profession, and this is a commonality in both democratic and undemocratic countries. [...] While it is true that in relatively healthy democracies, many journalists tend to rate concerns about surveillance fairly low, those who do report on sensitive topics with a high public interest and impacting the futures of societies and peoples, especially those involving national security, terrorism, surveillance, intelligence agencies and organized crime share a high degree of concern about the chilling effect of surveillance on journalism, and therefore on democracy. They argue that the state of equilibrium may be tilting in favour of state entities with unprecedented surveillance powers but without any great interest in preserving democratic rights. However, it is precisely by the ability of journalists to report thoroughly, critically and in an adversarial manner on truly delicate stories, using confidential sources whose identities they are able to protect, that the health of a democracy may be measured. Where such journalism is absent, diminished or under threat, so too inevitably are the right and ability of citizenries more broadly to hold manifestly dissenting views, engage in activism, embrace individuality of thought and action.

Esse problema ocorre no contexto de um fenômeno contemporâneo recente que atravessa as fronteiras dos países: a polarização de pontos de vista em uma esfera pública fragmentada, mediada por algoritmos. Em um artigo recente, Bright (2018) explora esse

aspecto a partir do papel da ideologia e do extremismo a partir da fragmentação política nas mídias sociais. Nosso principal objetivo aqui, no entanto, é abordar a violência digital contra jornalistas no Brasil, portanto, não vamos nos aprofundar neste aspecto da discussão.

3. Método

Nossa proposta é baseada em uma pesquisa exploratória para entender o cenário brasileiro de violência contra jornalistas dentro do sistema de ecologia digital construído durante as eleições presidenciais de 2018. Existem alguns estudos e relatórios institucionais (Goya et al 2019; Fenaj, 2018; Konopaki & Ferreira, 2019) que mostram como a polarização ocorreu na sociedade brasileira como um todo durante esse período, mas não conseguimos encontrar dados quantitativos específicos sobre a violência, via plataformas sociais, contra jornalistas durante esse período.

Assim, propomos uma abordagem multimetodológica para obter informações e dados mais específicos sobre nosso objeto de pesquisa que possam fornecer indícios e percepções sobre as questões de pesquisa. Nesse sentido, apresentamos:

- Pesquisa bibliográfica para sustentar a abordagem teórica e o cenário brasileiro naquele período;
- Dados empíricos do conteúdo da web e citações de compartilhamento social nas principais palavras-chave que refletem a violência nos jornalistas;
- Estudo empírico baseado em ARS - Análise de Redes Sociais de postagens no Twitter, usando escuta social e análise de sentimentos para refletir o clima social do brasileiro na atual arena política;
- Estudo de caso com entrevistas e depoimentos três jornalistas notoriamente perseguidos durante esse período até os dias atuais.

Entendemos que o método ARS poderia oferecer uma boa variedade de possibilidades analíticas como: mapear e observar a arena empírica de enormes quantidades de mensagens para identificar hubs, sentimentos e humor social; analisar vários pontos de vista sobre a mesma questão, resultando em critérios mais plurais relacionados às abordagens das ciências sociais; possibilitar uma relação mais precisa com os conceitos teóricos propostos. Para esses dados e análises, firmamos uma parceria com a AP-EXATA Data Driven Strategy (<https://www.agenciaexata.com/en>), que fez a análise do Twitter; também usamos o aplicativo Buzzsumo e dados quantitativos coletados pelo Monitor Digital.org.

4 - Eleições brasileiras 2018 e violência contra jornalistas: uma visão geral

Conforme apontado na primeira seção, a violência contra jornalistas no Brasil é uma questão perene refletida por uma ampla gama de expressões: assassinatos, assédio, agressões físicas, restrições profissionais, invasão de privacidade e outros. Esse processo perene está, na maioria das vezes, relacionado a diferentes momentos sociais em nosso país: eleições, questões políticas, econômicas, discussões ambientais, ilegalidades como trabalho escravo, questões étnicas e de gênero, etc. Os autores ou desencadeadores desses processos de acordo com a FENAJ (2018) estão, na maioria das vezes, nas eleições de 2018, relacionadas a cidadãos comuns que expressam uma espécie de “ódio social generalizado”, partidários radicais da direita ou esquerda, polícia militar, políticos e seus funcionários, empresários com interesses não coletivos específicos.

Embora tenhamos identificado alguns dados e diferenças numéricas entre as entidades representativas do jornalismo - Repórteres Sem Fronteiras, FENAJ, CNMP, ABRAJI e FGV-DAPP, buscamos apresentar as informações mais coerentes e recentes dessas fontes, agregando conteúdo e dados. Considerando essas observações, decidimos apresentar uma combinação de dados e informações produzidas por essas fontes com a análise de sentimentos e o compartilhamento social que coletamos. A última observação é sobre os jornalistas que selecionamos para o estudo de caso e a referência de hashtag no aplicativo Buzzsumo. Leonardo Sakamoto, Denis Russo Bugierman e Patricia Campos Mello foram e ainda são (especialmente Sakamoto e Mello) os mais visíveis e atacados nas plataformas sociais, embora tenham diferentes tipos de exposição nesses ambientes. Os fatores para esta escolha serão detalhados no item 3.1 a seguir. item.

Segundo o CNMP - Conselho Nacional de Ministério Público (2018: 3), que analisou exclusivamente casos de homicídios:

A situação brasileira é preocupante e revela um cenário sistemático. O país soma sessenta e quatro episódios de homicídios desses agentes desde 1995, praticados em todas as cinco regiões. Hoje, o Brasil é um dos países mais violentos no que diz respeito ao ambiente de atuação dos comunicadores nos posicionamos em sexto lugar no ranking de nações mais perigosas para jornalistas, segundo a UNESCO. Estamos atrás apenas de países em manifesta crise institucional, política e até humanitária, como Síria, Iraque, Paquistão, México e Somália.

Entre 2011 e 2016 há um pico de homicídios no país (Imagem 1):

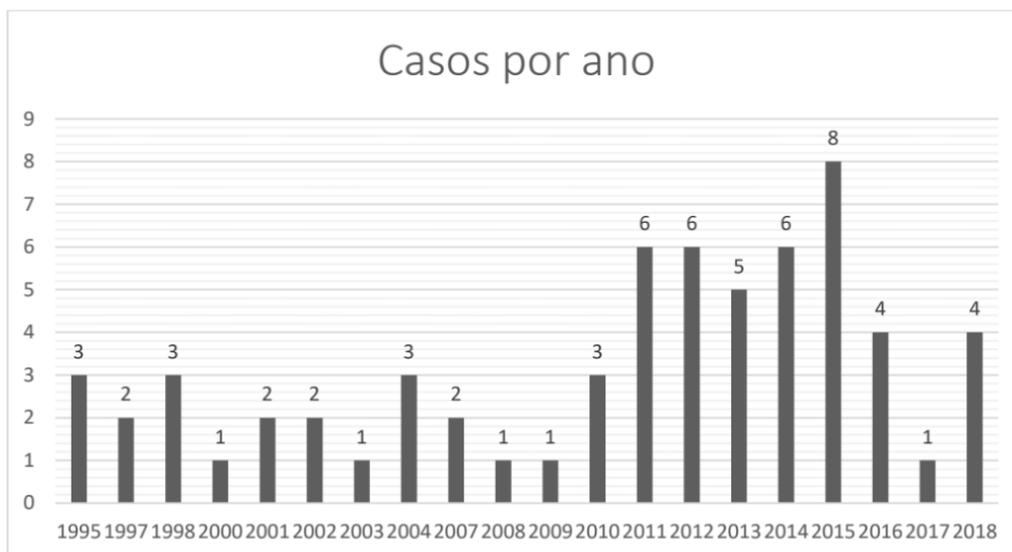


Imagem 1. Fonte: Relatório Violência contra comunicadores no Brasil: um retrato da apuração nos últimos 20 anos. CNMP/ENASP: 2019, p.40.

Além dos dados de homicídios, é importante considerar a análise da FENAJ (2018), já mencionada aqui, apontando que há uma relação entre casos registrados e aspectos geopolíticos. A maioria das 135 manifestações de violência contra 227 jornalistas se concentrou na região sudeste do Brasil, onde estão localizados os principais meios de comunicação – mídias de legado e independentes, digitais ou não. Se restringirmos a análise ao período das eleições e das campanhas políticas - aqui consideradas desde o início de 2018 até o final de 2019, todas as expressões de violência estavam (e ainda estão) relacionadas a um clima geral de desordem da informação, no qual polarização, notícias falsas e manipulação de algoritmos nas plataformas sociais estão postas.

Como consequência, motivações e atos de violência tiveram como base uma deturpação intencional da realidade, um ceticismo contra a mídia e representantes institucionais sociais do jornalismo e um clima de censura e assédio constante provocado por diferentes grupos que estão presentes nas plataformas sociais. Podemos assumir que a própria democracia poderia ser comprometida nesse tipo de ambiente, já que afeta a liberdade de expressão, sistemas de verificação da verdade, valores e crenças sociais coletivos e a luta pelas relações de poder entre governo e sociedade. Uma lista mais organizada do clima do ambiente brasileiro e suas consequências foi feita pelo pesquisador Barros da Silva (2019: 33) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e destacamos a partir dele: o colapso das instituições de confiança, o engano político e a feroz polarização, crise da indústria jornalística devido às tecnologias digitais, falta

de literacia digital da sociedade, falta de pensamento crítico, *clickbait*s para monetizar sites de notícias, uso de robôs e criação de bolhas de informação por algoritmos. A lista proposta por Barros da Silva nos dá algumas dicas sobre o clima social brasileiro em geral e principalmente sobre a política e o governo de Bolsonaro. A pesquisa de análise de sentimentos AP EXATA de 6.169.424 Tweets desde dez / 18, por sua vez, mostra um clima bastante misto:

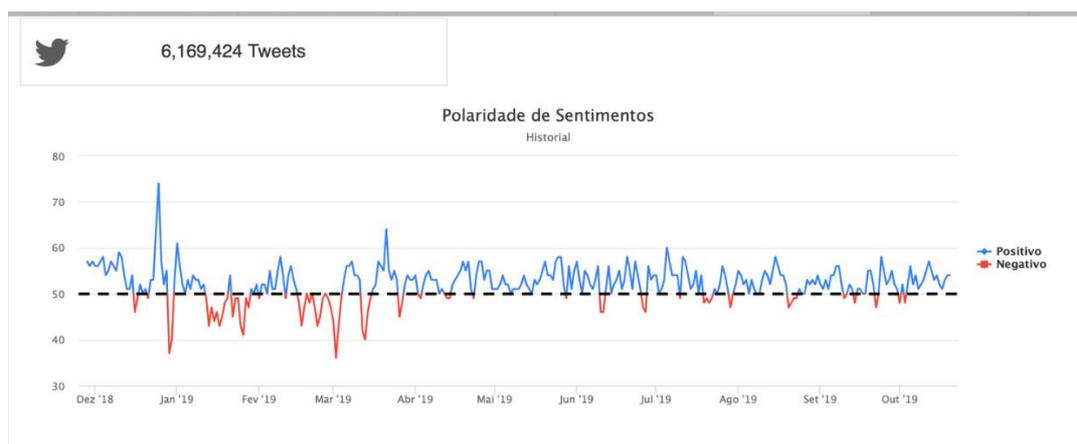


Imagem 2: Polarização de sentimento no Twitter – positivo (azul) negativo (vermelho). Fonte: AP EXATA, 17/10/2018.

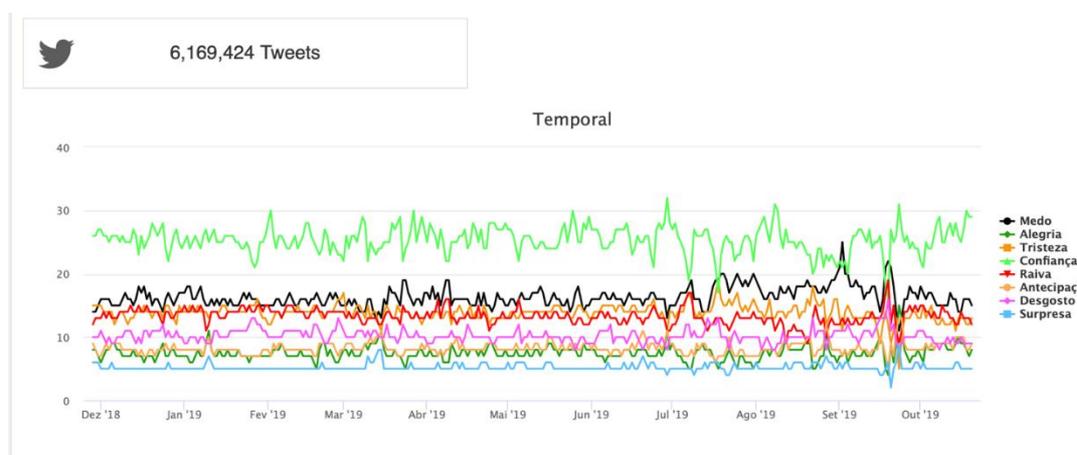


Imagem 3: Reações de sentimento no Twitter sobre o resultado da eleição presidencial. A linha verde acima significa confiança; a preta, logo abaixo, medo; laranja, tristeza; Vermelho, raiva; pink, desgosto; amarelo, antecipação; verde escuro, alegria e por último, azul, surpresa. Fonte: AP EXATA, 17/10/2018.

As pesquisas da AP EXATA, considerando os usuários brasileiros do Twitter, mostram que o clima coletivo é mais positivo do que negativo nos últimos 11 meses, e o sentimento de

confiança - a linha verde que tem a pontuação mais alta (30% em média) predomina sobre a linha paralela do medo - linha preta (20% em média). Esses dados podem estar diretamente relacionados à arena de disputa do jornalismo, considerando que um de seus principais objetivos é relatar e analisar fatos, oferecendo contexto para moldar a opinião pública. É um cenário em que jornalistas e meios de comunicação, que não reforçam os sentimentos positivos e confiantes, se tornam alvo preferido de ativistas, partidos, instituições, grupos e especialmente perfis e *bots* de polarização nas plataformas sociais. Esse não é um comportamento aleatório de usuários reais em plataformas sociais que gastam seu tempo explorando jornalistas e conteúdos para perpetrar agressões. Pesquisa feita pela FGV-DAPP afirma que existem estratégias algorítmicas e de aprendizado de máquina para disseminação de determinados conteúdos por uma combinação entre *bots* e comportamento humano:

Knowing that human behavior on the social networks has some temporal pattern in the production and consumption of content, the profiles are programmed to post according to these same rules. Paradoxically, it is a lack of both temporal and content patterns in the long term that bots have the most difficulty in imitating, which usually allows their identification (Brito, Salvador e Rocha, 2013). The more modern algorithms go beyond, they are capable of identifying popular profiles and following them, identifying a subject being talked about on the network and generating a short text through natural language algorithms and generating some degree of interaction. (Ruediger, 2017: 12)

Os dados de amostra que coletamos usando o aplicativo Buzzsumo para os três jornalistas selecionados indicam que há um uso considerável de perfis⁵ e *bots*⁶ de interferência como disseminadores de tweets e hashtags de violência contra esses profissionais. Reforçando esse cenário, a AP-EXATA está minerando mais de 10 milhões de tweets e 624.827 posts desde maio de 2018 até os dias de hoje, originários de 146 cidades brasileiras e detectou mais de 2500 robôs ativos até hoje no Twitter. Para exemplificar as expressões reais de violência as imagens 4 e 5 mostram como esses robôs e disseminadores trabalham contra Leonardo Sakamoto e Patricia Campos Mello. Pudemos perceber que, em ambos os casos, em qualquer momento, seus nomes citados em uma única postagem produzem um enorme engajamento nas plataformas sociais, especialmente no Twitter e no Facebook.

⁵ De acordo com os critérios da AP-EXATA, os perfis de interferência são caracterizados como pessoas contratadas ou ativistas que trabalham em plataformas sociais como aceleradores e disseminadores de conteúdos produzidos por robôs. Na mesma linha, os pesquisadores da FGV-DAPP denominam essa figura como geradores.

⁶ Segundo o estudo da FGV-DAPP (2017), bots e bots sociais são contas controladas por software que gera conteúdo artificialmente e estabelece interações com não-bots. Eles procuram imitar o comportamento humano e passar por humanos, a fim de interferir em debates espontâneos e criar discussões forjadas. [...] é comum observar o uso orquestrado de redes de bot (botnets) para gerar um movimento em um determinado momento, manipulando tópicos de tendências e o debate em geral.

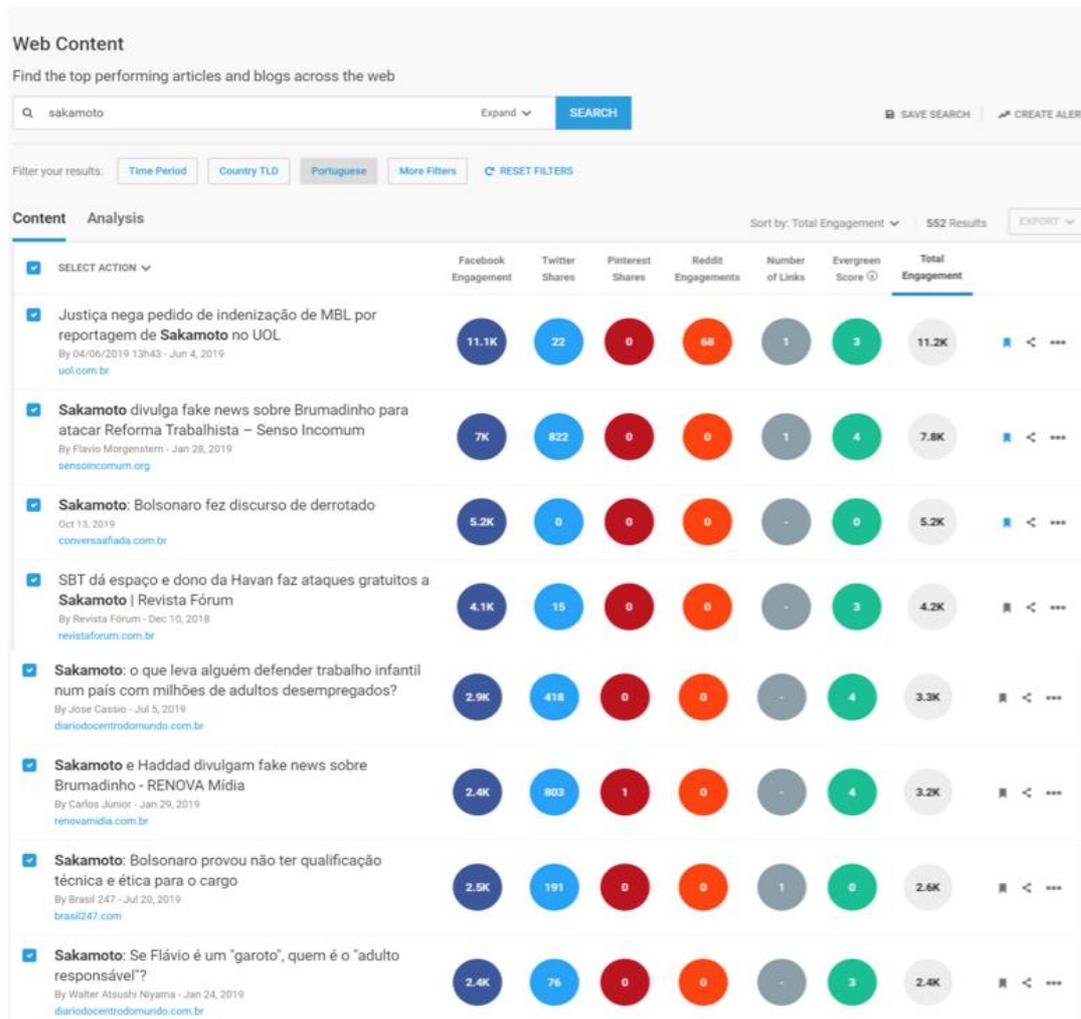


Imagem 4: Captura de citações a partir da palavra-chave “sakamoto” via Buzzsumo.app em 18/10/2019. O primeiro resultado mostra 11.1k de engajamento no Facebook; o Segundo, uma informação falsa sobre as atividades do jornalista engajou 7k no FB e 822 no Twitter.

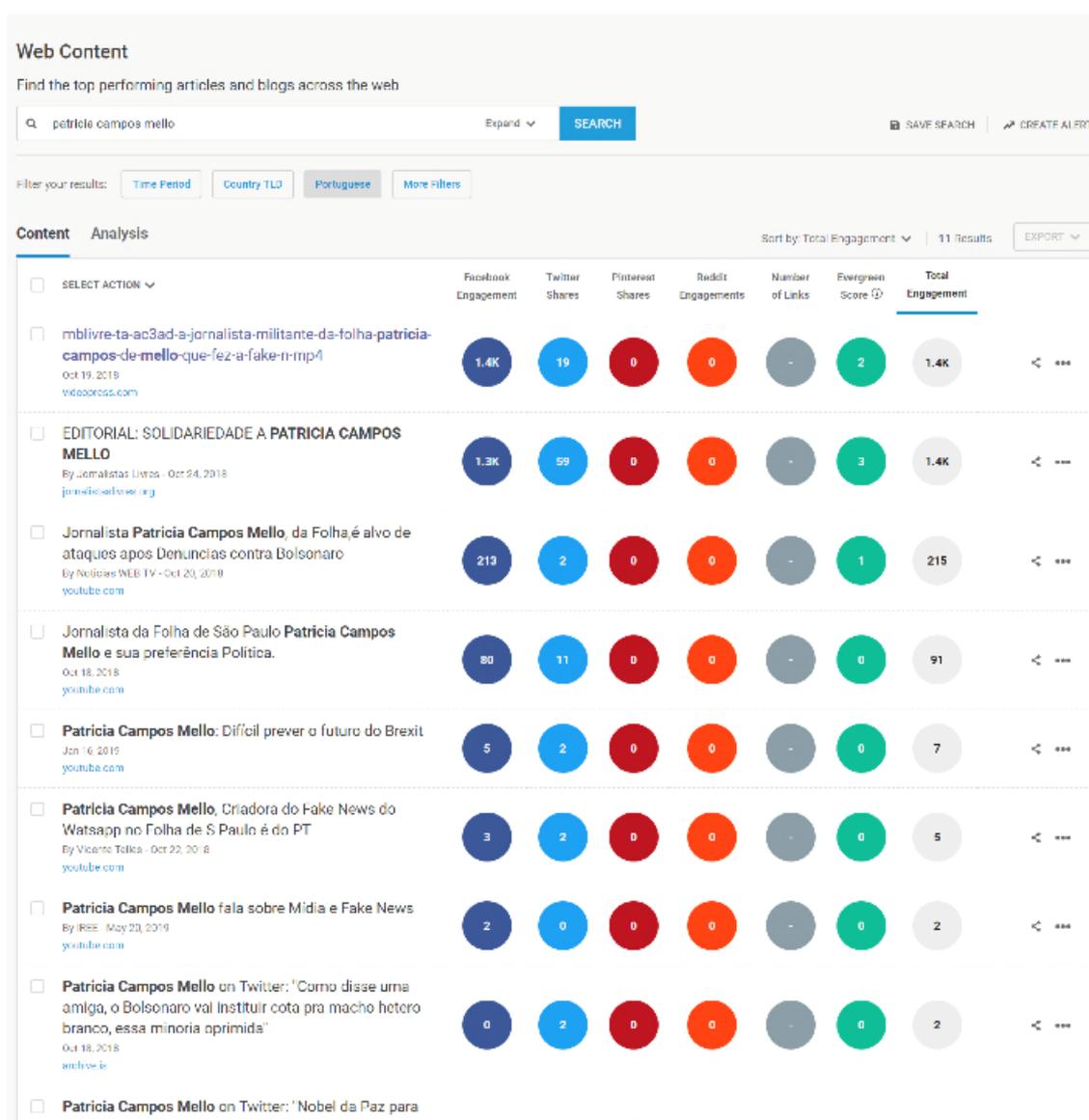


Imagem 5: Captura da palavra-chave “patricia campos mello” via Buzzsumo.app em 18/10/2019. A primeira linha mostra um texto que chama a jornalista de “ativista” da Folha de São Paulo, empresa da qual ela é funcionária.

O uso de hashtags é outra fonte de expressão de violência contra jornalistas em plataformas sociais, onde é possível identificar como os meios de comunicação e, especificamente, alguns jornalistas têm seus nomes associados a uma hashtag que atua como disseminadora das legendas dos bots e sua amplificação. Os maiores meios de comunicação de mídia brasileiros - Rede Globo e Folha de S. Paulo aparecem em hashtags que as boicotam, divulgadas no Twitter - #globolixo, #foraredeglobo, #globofakenews, #felizsemglobo,

#folhalixo, #folhafakenews . A mídia hegemônica e a mídia independente também são frequentemente marcadas como #midiaesquerdista. Constantemente, os geradores dessas hashtags são sites e páginas de fãs do Facebook relacionadas a ativistas, partidários de extrema direita ou empresários donos de agências digitais. Uma dinâmica de hashtag semelhante é usada para expressar violência aos jornalistas do nosso estudo de caso. Para Leonardo Sakamoto, podemos encontrar como principais hashtags: #LeonardoSakamoto; #sakamoto; #petralhas; #comunistas; #DireitaJa. Para Patricia Campos Mello, a hashtag principal é o próprio nome sempre conectado à sua imagem com conteúdo acusatório (ver item 4). Para Denis Russo Bugierman, as hashtags no Twitter não são significativas.

Por fim, para concluir essa visão geral sobre as expressões brasileiras de violência contra jornalistas e o jornalismo, é importante observar quem são os grupos que promovem polarização e como elas funcionam em plataformas sociais, integrando Facebook, Twitter, YouTube e sites específicos. Um bom exemplo desse processo é o estudo recente do grupo de pesquisa Monitor Digital (Ortellado et all, 2019, online) que detectou 320 canais do YouTube no Brasil focados em política e agregados por sua orientação política, independentemente de serem mídias independentes ou de legado. Uma visão geral é apresentada da seguinte forma:

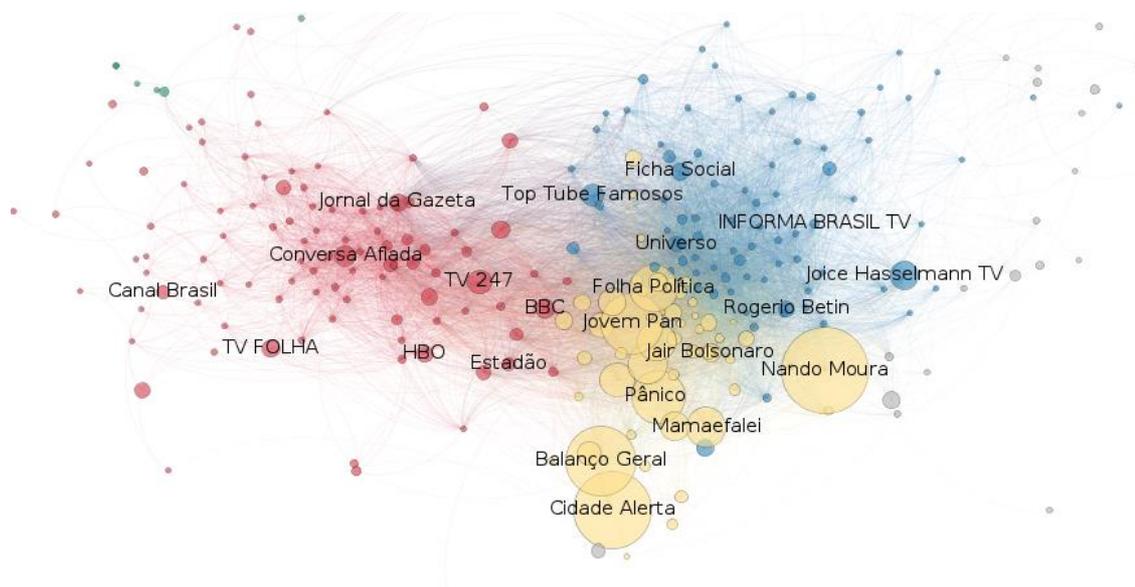


Imagem 5: Canais políticos brasileiros no YouTube Fonte: Nota Técnica #5 Monitor Digital.org.br 27/9/2019.

Esses canais do YouTube configuram um enorme ecossistema midiático, alimentando diferentes ataques e polarizações, no qual o agrupamento amarelo é formado por canais com grande público de direita (53 milhões de assinantes e 277 milhões de visualizações mensais),

incluindo programas de mídia tradicionais; o agrupamento azul é formado por canais individuais / independentes menores fortemente associados aos fãs do presidente Bolsonaro (17 milhões de assinantes e 61 milhões de visualizações mensais); o agrupamento vermelho conta com os canais alternativos de jornalismo de esquerda com canais tradicionais de jornalismo (15 milhões de assinantes e 88 milhões de visualizações mensais); e o pequeno grupo em cinza que não está associado a nenhum desses agrupamentos. Ortellado (2019, online) conclui que *“os comentaristas da direita formam um público isolado do público na grande imprensa, o que não é o caso da esquerda. No entanto, nessa plataforma, o público à direita parece ser muito mais numeroso”*.

Outro exemplo que apoia o poder da estrutura de violência relacionada a jornalistas é um relatório, de circulação apócrifa, produzido em maio de 2018 pela alegada “Frente pela Liberdade de Expressão no Facebook”, onde são identificados jornalistas, agências de verificação de fatos, acadêmicos e influenciadores que atuam como “censores” no Facebook. Como afirma o relatório, esses “censores” *“produzem textos contínuos denunciando notícias falsas ou crimes de ódio que, segundo eles, teriam sido cometidos por cidadãos de bem. O Facebook usa esse material como pretexto para a censura”*. O relatório aponta 36 jornalistas e acadêmicos cuja produção supostamente se baseia em uma agenda identitária, uso de humor político para obter poder, desarmamento, luta contra as religiões tradicionais e ataques contra a polícia militar e seu desmantelamento.

4 - Impactos na vida do jornalista: estudos de caso

Conforme explicado anteriormente, selecionamos três casos de violência contra jornalistas brasileiros, sendo que dois ocorreram também durante o período das eleições de 2018. Os três são profissionais muito conhecidos nas empresas de mídia por sua credibilidade e acesso a fontes e representantes institucionais. Patricia Campos Mello e Leonardo Sakamoto foram citados no relatório anual da FENAJ (Associação Nacional de Jornalistas) sobre violência contra jornalistas e liberdade de expressão no Brasil (FENAJ, 2018, pp. 33-34); Denis Russo Bugierman não foi citado no relatório de 2018; as agressões contra ele ocorreram em 2019. Os autores fizeram entrevistas com os três jornalistas em outubro de 2019 em São Paulo, SP.

Em outubro de 2018, Patricia Campos Mello, repórter da Folha de S. Paulo, que tem carreira de coberturas sobre temas sensíveis, como guerras e conflitos na Síria, Iraque e vários

outros países, recebeu “(...) *cerca de 220.000 mensagens de cerca de 50.000 contas do WhatsApp*” (Fenaj, 2018, p.33). Ela também foi alvo de mensagens via redes sociais, e-mail e telefonemas, tentando intimidá-la a não continuar vivendo no Brasil, ameaçando-a e a seu filho de 6 anos. “É melhor não morar mais no Brasil”, “Vagabunda”, “Nós sabemos onde seu filho estuda”, e muitas outras palavras agressivas foram dirigidas a ela depois que assinou a reportagem “Empresários bancam contra o PT pelo WhatsApp”⁷, na qual revelou como a campanha do candidato Jair Bolsonaro estava se beneficiando de um esquema ilegal de mensagens financiado por empresas. Ela sofreu assédio online e, principalmente, como mulher, como nos disse: “*É brutal, principalmente se você é mulher. É muito parecido com a Índia, muito misógino. Eles atacam as mulheres sempre de três maneiras: aparência (“gordas, feias”, etc); agressões relativas ao gênero, chamando as mulheres de “vadias”; e ofensas à sua família. Se outro homem assinar o relatório, este fato é praticamente ignorado; o alvo preferencial é sempre a mulher, não o homem*”. É importante dizer que uma das séries de histórias sobre o uso de notícias falsas no WhatsApp pela campanha de Bolsonaro publicada na Folha de S. Paulo também foi assinada por um homem. Ele nunca foi atingido. Julie Posetti, pesquisadora das Universidades de Sheffield e Oxford, apresentou pesquisa inicial sobre o tema na 5ª Conferência Internacional sobre Segurança Digital de Jornalistas que cobrem temas sensíveis, em 2019,⁸ intitulada “The New Frontline: female journalists at the intersection of converging digital threats”.

“Assassinato de reputação online” pode ser a definição para as tentativas que Leonardo Sakamoto está enfrentando desde 2014. Ele até publicou um livro em 2016 relatando sua experiência: “O que aprendi ao ser xingado na internet”. “*Meu caso já é crônico e se tornou pessoal. Não é apenas um ataque a um jornalista, agora é pessoal*”, afirmou. Ele fundou a Organização Não Governamental “Repórter Brasil” cerca de 18 anos atrás para cobrir e denunciar ilegalidades contra condições de trabalho, abusos ambientais e trabalho escravo. O Repórter Brasil e Sakamoto são, desde então, sistematicamente processados por algumas empresas e políticos, o que infelizmente acontece com a maioria dos jornalistas que cobrem este tipo de temas. Alguns são até mesmo assassinados.

⁷ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em 11/02/2020.

⁸ “Safety of Journalists covering conflict and sensitive issues: Digital Safety”, 5th International annual Conference – Oslo, 6th to 8th of November 2019.

Sakamoto já sabia disso, mas desde a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, uma nova onda começou - o assédio online organizado. Sakamoto tem muitos arquivos que mostram o tipo de difamação on-line que ele sofre desde este ano. Como exemplo, em 2015, uma empresa e seus lobistas que "trabalham" com difamação compraram um anúncio no Google AdWords contra ele. Então, quando se pesquisava "Leonardo Sakamoto", o primeiro resultado era uma difamação. O Google, questionado naquela época, informou que protegem o anonimato dos clientes do AdWords, qualquer que seja seu conteúdo. Nenhuma ação foi realizada. No mesmo ano de 2015, ele foi atacado fisicamente nas ruas. *“A violência física, no meu caso, veio claramente da violência digital”*. *“Vivemos em uma guerra de informação, em um país ultra-polarizado. Essas bolhas polarizadas são muito ruins para os jornalistas e para a liberdade de imprensa”*, disse ele, e que as plataformas sociais digitais favorecem uma *“cauda longa de difamação e uma cauda longa de violência digital”*, aludindo à teoria de Chris Anderson da internet sobre a *“cauda longa”*. Ele administra sua própria cauda longa de difamação há seis anos e houve um pico durante as eleições de 2018. Naquela época, as pessoas cuspiram nele nas ruas, gritando e xingando, e, em mais de uma ocasião, tentando cometer violência física. Ele sempre recebeu ameaças de morte e é monitorado pelo programa federal de Direitos Humanos.

Por seus seis anos de experiência em assédio online, Sakamoto conhece muito bem a dinâmica da violência digital no Brasil. *“Existe tanta promoção do ódio que eu não sou mais humano; então, cada pessoa pode ser um agressor em potencial”*. Este é um mecanismo conhecido: Lancaster (2018) examina o poder da metáfora no processo de desumanização contemporânea no uso de expressões que comparam certos grupos a *“vermes, cobras, cadelas, porcos”*. A prática notoriamente remonta, no passado recente, à desumanização dos judeus empreendida pelos líderes do nazismo. Como lembra Lancaster (2018, p. 111):

The snake metaphor was, to use the German word, *Lebenslüge*: a lie that enables people to live with a clear conscience. Viewed as subhuman, Jews could legitimately be abused and beaten, their synagogues burnt down. The perpetrators could tell themselves they were acting in a noble cause. Nobody wants to believe they're a bad person, so people learnt to justify their own behaviour.

Wieviorka (2009, p. 132), ao analisar o uso da crueldade no processo sociológico da violência, confirma esta hipótese:

This is a paradoxical mechanism: if the actor is to be able to live with himself when he is behaving violently towards other human beings, they must be treated as though they are non-

human. They must be treated in an inhuman way that turns them into things or animals, or at least excludes them from humanity.

Denis Russo Burgierman, que tem uma carreira diferente de Mello e Sakamoto, também vivenciou a sensação de não estar sendo tratado como um ser humano. Burgierman é jornalista independente e foi durante muitos anos editor da revista “Superinteressante”, da Editora Abril. Atualmente, é colunista do Nexo Jornal e também trabalha como repórter especial freelancer. Foi por causa de uma grande matéria publicada na revista Época, da Editora Globo, em março de 2019, que ele entrou para o mundo das ameaças digitais.

Durante três meses, participou do curso on-line de Olavo de Carvalho, conhecido como o promotor do mantra “não discuta, ataque”. Depois que a história foi publicada, Russo recebeu todos os dias, por um mês, ameaças veladas; “*Mais para apoiá-lo (a Olavo) do que para me ameaçar*”, opina. Nesta ocasião, ao ser xingado no Twitter, Denis respondeu à pessoa se desculpando por ela não ter gostado da reportagem; ao que, no entendimento dele, “*ela se deu conta que eu era uma pessoa real, e então também me respondeu se desculpando pelo xingamento*”.

Ele tinha um projeto para publicar um livro sobre a reportagem (que foi cancelado), e por isso tentou entrar em contato com Olavo novamente. Foi aí que Carvalho publicou seu endereço residencial no Facebook e no Twitter com uma foto da porta da frente. “*Queria dar uma forma mais permanente à minha história, porque as revistas não duram muito. Mas quando ele publicou meu endereço físico, pensei que tinha que fazer alguma coisa e, felizmente, o primeiro sentimento foi ter apoio institucional da Associação de Repórteres de Investigação (ABRAJI), do Sindicato dos Jornalistas e da revista Época. Me senti assustado e instalei alarmes em casa*”. “*Achei muito mais fácil entender a versão do Olavo do que a minha. Ele escreveu sua versão curta no Twitter e no Facebook para milhões e minha história estava por trás de paywalls com 60 mil caracteres*”. A principal consequência que ele sente até agora é a sensação de “inutilidade da profissão”. “*Há um efeito psicológico que precisa ser estudado: ficou mais difícil fazer o que faço hoje em dia. Ser isento é ofensivo agora. Os valores jornalísticos que aprendemos na universidade se tornaram defeitos nessa nova narrativa de polarização. Não há mais narrativas comuns entre os dois lados; se você é moderado, não tem espaço nas mídias sociais; em outras palavras, se você tentar fazer seu trabalho como jornalista, não será bem-sucedido. A profissão está em risco*”, conclui.

Considerações finais

Retomando nossas perguntas iniciais, podemos concluir que há um peso para algoritmos e robôs como mediadores da opinião pública durante o período das eleições de 2018; tanto pelas reações que continuam a ser propagadas até 2019 e 2020, verificadas com a ajuda do aplicativo Buzzsumo.app, quanto pelos dados e análise da AP Exata. Campanhas de desumanização de jornalistas podem ser bem empreendidas no uso de robôs, pois precisam apenas de administração do humano, o que engaja de certa forma uma baixa subjetividade, tornado a prática mais eficiente. Esta é uma hipótese a ser ainda desenvolvida.

Os tipos de violência contra jornalistas relatados pelos entrevistados serão respondidos em conjunto através de nossa quarta pergunta – O que podemos aprender com jornalistas que sofreram violência digital? Aprendemos com os jornalistas que entrevistamos que existem pelo menos três tipos principais de violência digital que eles sofreram: 1) Linchamento nas mídias sociais e ameaças de constrangimento fora das redes, isoladamente ou continuamente; 2) Ameaças explícitas à morte do jornalista e de sua família por meio de perfis de mídia social ou telefone celular pessoal. Mais uma vez, pode ocorrer de maneira mais isolada ou contínua - depende da história ou do histórico do jornalista; 3) Ataque ao telefone pessoal, em ligações telefônicas ou no WhatsApp como uma espécie de "ataque de negação de serviço" (DoS Attack).⁹ Campos Mello, por exemplo, recebeu, 200 mil mensagens no WhatsApp. A diferença é que o alvo não é apenas uma rede de máquinas, mas uma pessoa. O objetivo é o mesmo: atacar de maneira maciça e derrubar (o servidor ou a pessoa). Guy Berger (2019), diretor de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia da UNESCO recomenda, como guia geral, tratar a violência digital contra jornalistas como violência à pessoa, porque visa desestruturar a estrutura psicológica do jornalista para que ele não continue a reportar, ou para que comece a se autocensurar. O alvo da violência, se o tratarmos de forma estritamente digital, seria então impedir a distribuição jornalística neste ambiente.¹⁰ Por isso, ao se tratar do tema, também é de suma importância entender a ecologia da mídia digital, como discutimos

⁹ Em português, "Ataque de negação de serviço": "(...) um acrônimo em inglês para Denial of Service), é uma tentativa de tornar os recursos de um sistema indisponíveis para os seus utilizadores. Alvos típicos são servidores web, e o ataque procura tornar as páginas hospedadas indisponíveis na rede. Não se trata de uma invasão do sistema, mas sim da sua invalidação por sobrecarga.". Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_de_nega%C3%A7%C3%A3o_de_servi%C3%A7o>. Acesso em 10/2/2020.

¹⁰ "Safety of Journalists covering conflict and sensitive issues: Digital Safety", 5th International annual Conference – Oslo, 6th to 8th of November 2019.

anteriormente, pois a dinâmica contemporânea deste ambiente pode estar colocando a existência do jornalismo em risco – agora não mais somente pela inviabilização dos modelos de negócio, mas pelo ataque direto aos jornalistas e às instituições jornalísticas, como aponta Burgierman em seu depoimento.

Que tipo de violência contra jornalistas e jornalismo se expressa através de hashtags e sua correlação (ou não) com o sentimento geral sobre o governo? A análise de sentimentos feita pela AP-EXATA mostrou na Imagem 3 que existe uma mistura muito complexa de sentimentos na sociedade brasileira que expressa dois blocos de tendências: um que confia no clima social estabelecido após as eleições de 2018 e outro grupo que misturava sentimentos como medo, felicidade, tristeza, raiva, ansiedade, decepção e surpresa. É evidente que a polarização está conduzindo o sentimento dos brasileiros e a mídia que financia o jornalismo profissional é tida uma das más influências da sociedade.

Também podemos concluir que a violência digital contra jornalistas é um fenômeno contemporâneo aprimorado pelas disponibilidades das plataformas sociais digitais e pelas funcionalidades inseridas na sua programação, como a possibilidade de operação automática de hashtags no Twitter; isso coloca em risco o próprio jornalismo.

Com isso, um dos objetivos da violência digital parece ser o de destruir a credibilidade do profissional, intimidar jornalistas e suas famílias, abalando seu equilíbrio psicológico e, finalmente, atacar o próprio jornalismo. Como vimos no exemplo de Sakamoto, é possível que a violência digital migre para a violência física, e que as informações falsas produzidas para atacar jornalistas têm uma mais vida longa na internet do que qualquer forma de esclarecimento que possa surgir depois. Isso cria um tipo de violência digital na cauda longa. Ambientes polarizados não são saudáveis e seguros para jornalismo e jornalistas, e os valores tradicionais do bom jornalismo, como isenção, ouvir ambos ou mais lados, ter comportamento investigativo e verificar fatos, além de estarem sob ataque devido à invasão de conteúdos de desinformação e difamação, também são ameaçados pela lógica algorítmica das plataformas digitais, que incentivam indiretamente conteúdos polêmicos por estes terem mais chances de serem propagados.

Finamente, nós, pesquisadores acadêmicos, temos que estudar e desenvolver maneiras de tratar os efeitos da violência digital contra jornalistas, além de manter diálogos com a opinião pública sobre a legitimidade social do jornalismo em regimes políticos democráticos. Por isso é necessário o sujeito violento, e, para tanto, precisamos enveredar na sociologia da

violência, como proposto neste artigo, no qual podemos observar dois tipos de sujeitos relacionados à violência, segundo Wiewiorka (2009, p. 152) online, sem p.): o **hiper-sujeito**, como já mencionamos, como aquele que é vetor de uma “pletora de significados”, nas palavras do autor, que justificam suas ações violentas; o **não-sujeito** (Op. Cit, p. 153), por sua vez, poderia ser literalmente um robô, que não tem subjetividade e por isso ataca de forma consistente; porém, ele é programado para isso por um humano. O **anti-sujeito** (Op. Cit, p. 153) está ligado com os processos de crueldade e desumanização, ao negar qualquer subjetividade que não seja a sua. Estes três dos cinco sujeitos contemporâneos estudados na sociologia da violência nos dão indícios para, a partir das suas crenças e modos de ação, traçarmos estratégias comunicacionais e jornalísticas para a prevenção da violência nos ambientes digitais, ao mesmo tempo que preservamos a liberdade de expressão.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal**. Companhia das Letras, São Paulo, 2016.
- BRIGHT, J. **Explaining the Emergence of Political Fragmentation on Social Media: The Role of Ideology and Extremism**. Pp.17–33. Disponível em <<https://academic.oup.com/jcmc/article-abstract/23/1/17/4832996>>. Acesso em 2/10/2019. 2018.
- BLOTTA, Vitor. **Brasil: a mordida do ouroboros**. Infoamérica: Iberoamerican Communication Review, 9-21, 2016.
- BOCZKOWSKI, Pablo J., PAPACHARISSI, Zizi. **Trump and the media**. The MIT Press, 2018.
- BOUSQUET, Marisol Cano. **Violencia contra los periodistas: Configuración del fenómeno, metodologías y mecanismos de intervención de organizaciones internacionales de defensa de la libertad de expresión**. Editorial Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2018.
- BURGESS, Jean & HURCOMBE, Edward. (2019). **Digital Journalism as Symptom, Response, and Agent of Change in the Platformed Media Environment**. Digital Journalism, 7:3, 359-367, DOI: 10.1080/21670811.2018.1556313
- HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Editora Vozes, Petrópolis, 2017a.
- _____. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes, Petrópolis, 2017b.
- _____. **Sociedade da transparência**. Editora Vozes, Petrópolis, 2017c.
- GOYA, Denise; FICADORE, Giuliana & SANTOS, Patricia. **The ideological polarization on twitter: a study on the retweet networks during the 2018 presidential elections**. Artigo apresentado no Culture & Politics Working Group at the VII Congress of Brazilian Researchers Association on Communication and Politics. Brasília: UnB, 2019.

- FENAJ. **Relatório 2018 – Violência contra jornalistas e liberdade de expressão no Brasil**. Brasília: FENAJ, 2019. Available at www.fenaj.org.br.
- FREIRE, Luciano Nunes Maia et alii. **Relatório: Violência contra comunicadores no Brasil – um retrato da apuração dos últimos 20 anos**. Brasília: CNMP/ENASP, 2018. Disponível em <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/Violencia-contra-comunicadores-no-Brasil-VERSAO-FINAL-.pdf>. Acesso em 1/10/2019.
- KNOPAki, Antonio & FERREIRA, Rodrigo. **Política de oposição: influência e informação nas eleições de 2018**. Relatório ITS-GRAPHIK, 2019. Disponível em www.its.org.br, acesso em 3/10/2019.
- LANCASTER, Simon. **You are not human: how words can kill**. Biteback Publishing, Reino Unido, 2018.
- MILLS, Anthony (2019). **Now You See Me – Now You Don't: Journalists' Experiences With Surveillance**, *Journalism Practice*, 13:6, 690-707, DOI: 10.1080/17512786.2018.1555006
- ORTELLADO, Pablo et al. **Nota Técnica #5: Uma descrição dos canais políticos do Youtube**. EACH-USP: Monitor Digital, Set, 27 2019. Available at www.monitordigital.org.br.
- PARISER, Eli. **The Filter Bubble**. New York: The Penguin Press, 2011.
- RUEDIGER, Marco Aurelio (coord.). **Nem tão #simples assim – o desafio de monitorar políticas públicas nas redes sociais**. Rio de Janeiro: FGV-DAPP, 2017.
- _____. Marco Aurelio Ruediger(coord.). **Bots, social networks and politics in Brazil: a study on illegitimate interferences with the public debate on the web, risks to the democracy and the 2018 elections**. Rio de Janeiro : FGV, DAPP, 2017.
- RUOTSALAINEN , Juh0 et alii. **A future of journalism beyond the objectivity–dialogue divide? Hybridity in the news of entrepreneurial journalists**. *Journalism Studies*, 1-9, 2019 Available at sagepub.com/journals-permissions. DOI: o0r.g1/107.171/1774/61486488489419918986677216
- SAKAMOTO, Leonardo. **O que aprendi sendo xingado na internet**. Editora Leya, São Paulo, 2016.
- SILVA, Fernanda Barros da. **O regime de verdade nas redes sociais online: pós-verdade e desinformação nas eleições presidenciais de 2018**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **A noção de modulação e os sistemas algorítmicos**. In: Souza, J.; Avelino, R. & Silveira, S.A. (orgs). *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2018.
- WIEVIORKA, Michel. **Violence today**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), pp. 261-267. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000200002>, 2006.
- _____. **Violence. A new approach**. Sage, London, 2009.

